



CARTILHA^{DE} ORIENTAÇÃO

2018
Base 2017



Composição

2018

Presidente

André Carlo Torres Pontes

Vice-Presidente

Arnóbio Alves Viana

Corregedor

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Presidente da 1ª Câmara

Antônio Nominando Diniz Filho

Presidente da 2ª Câmara

Fernando Rodrigues Catão

Ouvidor

Arthur Paredes Cunha Lima

Coordenador da ECOSIL

Marcos Antônio da Costa



Coordenação

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

Supervisão

Raimar Redoval de Melo - Diretor Geral
Humberto Carlos do Amaral Gurgel - Consultor Técnico

Elaboração/Colaboração

Flávio Roberto Gondim Vital – Coordenador do CCAI
Margildo de Lacerda Dantas

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, no exercício de sua missão institucional, bem como de sua função pedagógica, tem por finalidade, com a elaboração e disseminação desta cartilha, orientar os jurisdicionados sobre os indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM – 2018 Base 2017, dispondo sobre o conceito, as dimensões e a forma de preenchimento do formulário.

A importância da temática decorre do imperativo proposto pela sociedade em exigir o acesso a elementos de informação que lhe permitam avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com maior grau possível de efetividade.

Por fim, salienta-se que o Tribunal de Contas apresenta esta cartilha, em sua 3ª versão, como um dos instrumentos de aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento, que agregará ao conjunto de suas atividades voltadas à sociedade e ao interesse público.

André Carlo Torres Pontes
Presidente
Abril/2017

Índice

1

Contexto histórico atual **05**

2

Histórico do IEGM-TCEPB **06**

3

O que é o IEGM-TCEPB **07**

4

Produtos derivados do IEGM-TCEPB **09**

4.1 Relatório de Informações Gerenciais
(Anuário) **09**

4.2 Site Infográfico **09**

5

Principais alterações do IEGM-TCEPB
neste ano **10**

6

Dimensões do IEGM-TCEPB **11**

6.1 i-EDUC **11**

6.2 i-SAÚDE **11**

6.3 i-PLANEJAMENTO **12**

6.4 i-FISCAL **12**

6.5 i-AMB **13**

6.6 i-CIDADE **13**

6.7 i-GOV TI **13**

7

Pesos dos índices que compõem a
elaboração final do IEGM-TCEPB **15**

8

Sínteses das Metodologias utilizadas na
construção dos 7 índices temáticos do
IEGM-TCEPB **16**

8.1 Síntese i-EDUC **17**

8.2 Síntese i-SAÚDE **25**

8.3 Síntese i-PLANEJAMENTO **36**

8.4 Síntese i-FISCAL **42**

8.5 Síntese i-AMB **43**

8.6 Síntese i-CIDADE **46**

8.7 Síntese i-GOV TI **48**

9

Composição final do IEGM-TCEPB **52**

10

Faixa de Resultado **53**

11

Regras das Faixas de Resultados **54**

12

Considerações Finais **55**

1.

Contexto histórico atual

Os governos brasileiros têm enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto pela atual situação econômica quanto pelas crescentes reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos.

As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Os serviços públicos precisam ser continuamente modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba promove a 2ª Edição do Índice de Efetividade da Gestão municipal – IEGM/TCEPB.

O Estado da Paraíba em números:

População	
Brasil.....	206 milhões de habitantes
Paraíba.....	3,9 milhões de habitantes
Número de Municípios	
Brasil.....	5.570
Paraíba.....	223
Municípios da Paraíba por porte	
• Porte Grande.....	02 (Acima de 200.000 habitantes)
• Porte Médio.....	31 (Entre 20.0001 a 200.000 habitantes)
• Porte Pequeno.....	123 (Entre 5.0001 a 20.000 habitantes)
• Porte Muito Pequeno.....	67 (Até 5.000 habitantes)

Fonte: IBGE - dados: 2016

2.

Histórico do IEgm-TCEPB

O Tribunal de Contas, já há algum tempo, tem realizado mudanças significativas em suas atividades de fiscalização de controle externo.

As medidas fiscalizatórias como ações concomitantes, acompanhamento de contas, reuniões técnicas da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon), participações no Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO-PB), Instituto Rui Barbosa (IRB) e na Associação dos Tribunais de Contas (ATRICON), entre outras importantes atividades, têm sido um ponto de destaque na produção de conhecimento para tornar a fiscalização de controle externo mais técnica e eficiente, tendo por base os princípios da auditoria de resultado.

A Corte de Contas paraibana entende que novas tecnologias de controle externo devem ser utilizadas para um novo modelo de fiscalização, com foco nos princípios da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, respeitando suas atribuições constitucionais e legais.

Criar indicadores finalísticos para análises dos processos utilizados pelos jurisdicionados é uma tarefa que vem

reunindo esforços dos agentes políticos e técnicos da Corte de Contas com o fim de contribuir para uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, o índice denominado IEgm-TCEPB - Índice de Efetividade da Gestão Municipal, além de proporcionar uma nova perspectiva mais contundente na fiscalização de resultado, permite que o TCE redirecione seus esforços aos anseios sociais.

Em 2016, foi lançada a 1ª Edição do IEgm-TCEPB, com base nos dados de 2015, e contou com a participação dos 223 jurisdicionados municipais do estado da Paraíba – 100% de adesão. Os resultados desse levantamento foram divulgados no final do mesmo ano, com os produtos Infográfico e Anuário, ambos disponibilizados no site do TCE.

Para esta 3ª Edição, todas as prerrogativas foram mantidas para os municípios alcançarem as boas práticas vislumbradas na edição anterior.

3.

O que é o IEGM-TCEPB

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM mede a atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEGM permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)¹

Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas e alimenta com dados técnicos o pessoal

da fiscalização, em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

O IEGM é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas²

O índice é composto exclusivamente pelas informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas próprias prefeituras.

A abrangência geográfica do IEGM é todos os municípios do Estado.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o

¹ Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu

² A priorização considerou a jurisprudência do TCESP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e a realização da auditoria de resultados.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade. Em uma visão direta e sintética, o IEGM apresenta informações para a alta administração da Casa (Presidência e Conselheiros), para o pessoal da fiscalização e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal).

4.

Produtos derivados do IEGM-TCEPB

Os dados do IEGM serão consolidados e apresentados conforme as necessidades de cada público-alvo com o intuito de buscar novos caminhos para a fiscalização por resultado.

Esta busca também apresenta uma nova percepção de oportunidades operacionais.

4.1 Relatório de Informais Gerenciais (Anuário)

O Relatório de Informações Gerenciais-Anuário consolida o resultado das 7 dimensões do IEGM e abrange todos os municípios participantes.

Os dados são apresentados graficamente e com análises de alguns quesitos para a alta administração e o público em geral.

Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos pelo planejamento da gestão municipal. Para alguns quesitos é possível identificar até uma tendência de comportamento ou um padrão de qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão pública.

4.2 Site Infográfico

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal do Tribunal de Contas, que, apoiado pela tecnologia, organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 (sete) dimensões monitoradas.

Os dados apresentados contribuem para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

Esse site agrega os novos conceitos de utilização das informações (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontam aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

5.

Principais alterações do IEGM-TCEPB neste ano

O IEGM-TCEPB é um índice dinâmico e flexível, o que possibilita sua adaptação ano a ano de acordo com a consolidação de uma determinada política por todos ou pela maior parte dos municípios ou com acréscimo de novos temas de interesse social.

As propostas de alterações são submetidas à Rede Indicon, composta por servidores de diversos Tribunais de Contas, a quem cabe análise e deliberação.

Neste segundo ano, permanecem as 7 dimensões: i-Educ, i-Saúde, i-Planejamento, i-Fiscal, i-Amb, i-Cidade e i-Gov TI, com alterações apenas textuais de alguns quesitos, sem, contudo, acarretar mudanças semânticas.

No tocante à forma de aplicação aos municípios, os questionários estão disponíveis no site do TCEPB, na página: <http://tce.pb.gov.br/iegm/iegm.html>. Para acessá-los, os responsáveis deverão inserir a senha correspondente ao respectivo índice, que, além de enviada para o e-mail cadastrado pelo gestor neste TCE, também está disponibilizada no PORTAL DO GESTOR.

6.

Dimensões do IEGM-TCEPB

O IEGM é fruto do TCEPB, após diversos eventos e reuniões com agentes políticos, técnicos de outros órgãos estaduais (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, baseado nas atividades de controle externo, além de conversas técnicas com Agentes de Fiscalização.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEGM, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- **i-EDUC:** Índice Municipal da Educação;
- **i-SAÚDE:** Índice Municipal da Saúde;
- **i-PLANEJAMENTO:** Índice Municipal do Planejamento;
- **i-FISCAL:** Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- **i-AMB:** Índice Municipal do Meio Ambiente;
- **i-CIDADE:** Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- **i-GOV TI:** Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

Objetivo: Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada: É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativos à **educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental**, que devem ser respondidos eletronicamente.

6.2 i-SAÚDE-TCEPB

Objetivo: Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada: É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de **gestão municipal da Saúde voltados à Atenção Básica**, que devem ser respondidos eletronicamente.

6.1 i-EDUC-TCEPB

Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE.

6.3 i-PLANEJAMENTO-TCEPB

Objetivo: Este índice permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos munícipes (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

Metodologia Aplicada: Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

Índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador.

Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- **Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;**
- **Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;**
- **Percentual de alteração do planejamento inicial;**
- **Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.**

6.4 i-FISCAL-TCEPB

Objetivo: O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Metodologia Aplicada: Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- **Análise da Receita** (execução orçamentária);
- **Análise da Despesa** (execução orçamentária);
- **Análise da execução orçamentária;**
- **Análise dos Restos a Pagar** – até o bimestre (dívida flutuante);
- **Despesas com Pessoal** – Poder Executivo;
- **Despesa com Pessoal** - Poder Legislativo;
- **Apuração do resultado financeiro** (superávit/déficit);
- **Apuração da dívida fundada** (aumento/redução);
- **Apuração dos pagamentos dos precatórios;**
- **Repasse de duodécimos** às Câmaras;
- **Transparência:** atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

6.5 i-AMB-TCEPB

Objetivo: Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

Metodologia Aplicada: É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de **Meio Ambiente** que devem ser respondidos eletronicamente.

6.6 i-CIDADE-TCEPB

Objetivo: Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o **grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres**.

Metodologia Aplicada: É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente.

As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de interrelacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e reação em situações de emergência.

6.7 i-GOV TI-TCEPB

Objetivo: Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o **conhecimento e o uso dos recursos de**

Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Metodologia Aplicada: É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente.

Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

7.

Pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM-TCEPB

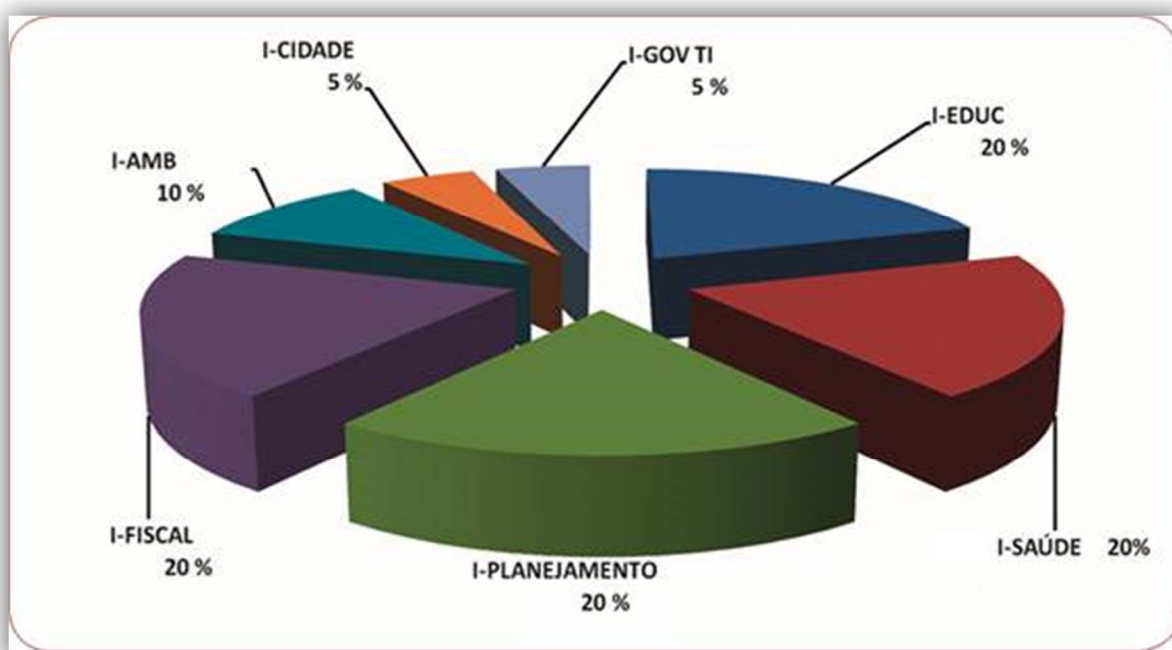
O IEGM é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Para compreender a gestão municipal nessas dimensões, utilizamos a métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância das apurações.

A distribuição das ponderações foi baseada no volume de despesas realizadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, por função de governo ("Ensino", "Saúde", "Administração" etc, apurado pelo TCESP junto a todos os municípios paulistanos, exceto o Município de São Paulo. Nos casos em que o índice não possui uma função de

governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI toma por base a função "Administração").

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações foram extraídos da execução orçamentária dos municípios, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação.

Apresentamos a seguir os valores ponderados dos índices componentes do IEGM:



8.

Síntese das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos - IEGBM-TCEPB

Os procedimentos empregados pelo TCEPB e IRB na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores de Tribunais de Contas integrantes da Rede Indicon, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho. Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus munícipes.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEGBM promove também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação político-institucional, possibilitando alcançarmos sua efetiva utilização nos relatórios e disponibilização de informações na Internet.

No que tange à composição temática – 7 dimensões – e às fontes de informação, o IEGBM articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal – Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. – que muito

8.1 SÍNTESE: i-EDUC – 59 quesitos (Dados referentes a 2017)

Ensino Fundamental: Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano)

QUESITOS	RESPOSTAS
1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)? Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.	SIM
	1.1 Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por necessidade de trabalho ?
	1.2 Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por difficultades de aprendizado ?
	1.3 Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por causa de doenças crônicas ?
	1.4 Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por falta de incentivo dos pais ?
	1.5 Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por mudança de endereço ?
	1.6 Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por outros motivos ?
	NÃO
2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2017?	SIM
	2.1 Qual o número?
	NÃO
3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2017?	SIM
	3.1 Qual o número?
	NÃO
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental escolar em 2017?	SIM
	4.1 Qual o número?
	NÃO
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?	SIM, avaliação própria
	SIM, aderiu ao Programa Estadual de avaliação, se houver
	SIM, aderiu ao Programa Nacional de avaliação
	SIM, terceirizada
	5.1. Qual empresa?
	NÃO aplicou

QUESITOS	RESPOSTAS
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?	SIM NÃO
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?	IDEB Índice Estadual, se houver Outro
8. O município possui o Plano Municipal de Educação ?	SIM 8.1 Informe nº da lei 8.2 Informe a data da promulgação: NÃO
9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?	SIM 9.1 Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em todas as escolas do município. NÃO
10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, informe:	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação): Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):
11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município no ano de 2017, informe:	11.1 Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.)? <Não possui registro> <Quantidade> 11.2 Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Não possui registro> <Quantidade>

QUESITOS	RESPOSTAS
12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2017:	<Não possui registro> <Quantidade>
13. Qual o piso salarial municipal dos professores?	Creche:
Obs: Considerar o piso salarial correspondente à jornada de 40 horas semanais no formato 9999,00	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?	SIM
	NÃO
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar ?	SIM
	15.1 Qual a média de tempo (em minutos)?
	NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos?	<idade média>
Obs. Idade média = [(Ano de 2017) – (Ano de fabricação de cada veículo)] ÷ (número total de veículos da frota escolar)	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria
	Nas escolas (que possuem merendeiras)
	Terceirizada
	17.1 Qual o custo unitário médio do almoço?
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	SIM, semanalmente
	SIM, mensalmente
	NÃO
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior , obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?	SIM
	NÃO
	19.1 Qual o percentual de professores que possuem?

QUESITOS	RESPOSTAS
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM 10.1 Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2017? NÃO
21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? <i>Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.</i>	SIM 21.1 Qual? 21.2 Informe mais detalhe sobre o Programa de desenvolvimento de leitura e escrita aplicado: Percentual de cobertura - 1º ano: Percentual de cobertura - 2º ano: Percentual de cobertura - 3º ano: Percentual de cobertura - 4º ano: Percentual de cobertura - 5º ano: NÃO
22. Qual o total de turmas para creche ?	<Não possui registro> <Quantidade>
23. Qual o total de turmas para pré-escola ?	<Não possui registro> <Quantidade>
24. Qual o total de turmas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ?	<Não possui registro> <Quantidade>
25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o 5º ano do Ensino Fundamental em 2017?	<Não possui registro> <Quantidade>
26. Qual a quantidade de alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental em 2017 que teve aproveitamento no 6º ano do Ensino Fundamental em 2018?	<Não possui registro> <Quantidade>

QUESITOS	RESPOSTAS
27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os anos Iniciais do Ensino Fundamental? <i>Obs. Todos os dias de ausência de professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2017 (justificadas ou injustificadas)</i>	SIM 27.1 Informe a quantidade total em dias da ausência dos professores: Faltas injustificadas: Faltas justificadas: Licença médica: Licença maternidade/paternidade: Abonos: Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei).
	NÃO
28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2017?	<Não possui registro> <Quantidade>
29. Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2017 para:	29.1 Creche: <Não possui registro> <Quantidade>
	29.2 Pré-escola: <Não possui registro> <Quantidade>
	29.3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental: <Não possui registro> <Quantidade>
30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM
	NÃO
31. Em 2017, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante em:	31.1 Creche: <Não possui registro> <Valor R\$>
	31.2 Pré-escola: <Não possui registro> <Valor R\$>
	31.3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental: <Não possui registro> <Valor R\$>

QUESITOS	RESPOSTAS
32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM 32.1 Informe o CNPJ e Razão Social da(s) empresa(s) NÃO
33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	Não existe pagamento de horas extras Realização de feiras e eventos aos finais de semana Absentéismo de professores Cobertura de férias e licenças Não possui equipe completa Outro
34. O município possui levantamento da distorção idade/série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?	SIM NÃO
35. Qual a data de início do ano letivo de 2017?	<Data>
36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: <i>Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta <u>deve ser contada apenas uma vez</u>, no valor referente a escolas com biblioteca.</i>	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas ? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB , exige a presença de um Bibliotecário . Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura ?
37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?	SIM 37.1 Data da entrega: NÃO
38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?	SIM 38.1 Data da entrega: NÃO
39. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	SIM, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor. NÃO
40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	SIM 40.1 Qual o número da lei? NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores atuantes, no exercício de 2017, em:	41.1 Creche: <Não possui registro > <Quantidade> 41.2 Pré-escola: <Não possui registro > <Quantidade> 41.3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental: <Não possui registro > <Quantidade>
42. Houve entrega do Kit escolar ? Exemplo de composição do kit escolar: Caderno Brochurão", 4 unid (96 fls. cada); Caderno de Desenho, 1 unid (96 fls. cada); Régua 30cm, 1 unid; Lápis de cor gr (12 cores), 2 caixas; Lápis grafite, 4 unid; Lápis grafite de resina termoplástica, 4 unid; Caneta esferográfica azul, 4 unid; Apontador com depósito, 6 unid; Borracha branca, 3 unid; Tubo de cola branca, 3 unid; Giz de cera (12 cores gr), 1 caixa; Guache, 12 unid, 1 caixa.	SIM 42.1 Data da entrega: NÃO
43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho	8 ou mais reuniões 6 a 7 reuniões 4 a 5 reuniões 0 a 3 reuniões
44. Informe o número de profissionais da educação não docentes (Ex: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc.) atuantes nos anos Iniciais do Ensino Fundamental:	44.1 Profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo <Não possui registro> <Quantidade> 44.1 Profissionais Temporários: < Não possui registro> <Quantidade>
45. Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB , informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007:	Percentual aplicado dos recursos oriundos do fundo: Percentual dos recursos oriundos do fundo aplicado no Magistério:
46. Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil (MDE), informe:	Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino:
47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche ?	<Quantidade>
48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola ?	<Quantidade>

QUESITOS	RESPOSTAS
49. Qual a quantidade de matrículas realizadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ?	<Quantidade>
50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche ?	<Quantidade>
51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche ?	<Quantidade>
52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola ?	<Quantidade>
53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola ?	<Quantidade>
54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados ao Anos Iniciais do Ensino Fundamental ?	<Quantidade>
55. Qual a quantidade de professores temporários destinados ao Anos Iniciais do Ensino Fundamental ?	<Quantidade>
56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação :	Creche: Pré-escola: Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental estavam funcionando durante o exercício de 2017? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	Creche: Pré-escola: Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2017? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	Creche: Pré-escola: Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?	Creche: Pré-escola: 1º ano – Ensino Fundamental: 2º ano – Ensino Fundamental: 3º ano – Ensino Fundamental: 4º ano – Ensino Fundamental: 5º ano – Ensino Fundamental:

5.2 i- SAÚDE – 57 quesitos (Dados referentes a 2017)

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM 1.1 Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)? Obs. Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial	SIM
	NÃO
3. O Município divulga nas UBS em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM
	NÃO
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar municipais e UBSs estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade após vistoria)?	SIM, todos possuem
	SIM, a maior parte possui
	SIM, a menor parte possui
	NÃO
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária , ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?	SIM, todos possuem
	SIM, a maior parte possui
	SIM, a menor parte possui
	NÃO
6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (informatizado)
	SIM (manual)
	NÃO
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos ?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado ?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno ?	SIM
	NÃO
Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação ?	10.1 Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida : <Não possui registro> <Percentual> (0-100)
	10.2 Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida : <Não possui registro> <Percentual> (0-100)
	10.3 Referente ao calendário da população adulta : <Não possui registro> <Percentual> (0-100)
11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?	SIM
	NÃO
12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?	SIM
	NÃO
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho ?	SIM
	Permanece apenas nas consultas agendadas
	NÃO
14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose ?	SIM, todas possuem
	SIM, a maior parte das UBS possui
	SIM, a menor parte das UBS possui
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
15. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe:	15.1 Total de casos novos tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano: <Não houve novos casos (...)> <Não possui registro> <Quantidade>
	15.2 Totais de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado: <Não houve novos casos (...)> <Não possui registro> <Quantidade>
	15.3 Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): <Não houve novos casos (...)> <Não possui registro> <Percentual> (0-100)
	15.4 Total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano: <Não houve novos casos (...)> <Não possui registro> <Quantidade>
	15.5 Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos): <Não houve novos casos (...)> <Não possui registro> <Percentual> (0-100)
16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana ?	<Percentual>
17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto eletrônico ? (Ex.: mecânico; biométrico; digital; etc.) <i>Obs. Livro ponto não é controle eletrônico.</i>	SIM
	NÃO
18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, toten, etc.?	SIM
	NÃO
19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas ? <i>Obs.: Palestras e escovação não configuram consulta.</i>	SIM, com consulta odontológica das crianças
	SIM, somente com divulgação
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município?	<Quantidade>
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:	Todas as equipes contam com médicos
	A maior parte das equipes conta com médicos
	A menor parte das equipes conta com médicos
	As equipes não contam com nenhum médico
22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família ?	Recursos humanos próprios
	Convênio
	Contrato de gestão
	Termo de parceria
	Outro. Qual:
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município?	<Quantidade>
24. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2017, informe:	24.1 Número de nascidos vivos de mães residentes no município: <Não possui registro> <Quantidade>
	24.2 Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde: <Não possui registro> <Quantidade>
25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?	<Não possui registro>
	<Percentual> (0-100)
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?	<Não possui registro>
	<Quantidade>

QUESITOS	RESPOSTAS
27. Sobre atendimento de urgências , responda: (É possível selecionar várias opções)	A Prefeitura tem SAMU
	A Prefeitura mantém apenas convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros
	A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências 27.1 Indique qual o outro sistema de atendimento de urgências: 27.2 Descreva sucintamente:
28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na UBS (em dias)?	<Não possui registro>
	<quantidade> (em dias)
29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM
	NÃO
30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2017? Obs.: Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	8 ou mais reuniões
	6 a 7 reuniões
	4 a 5 reuniões
	0 a 3 reuniões
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de campanhas e eventos aos finais de semana
	Absenteísmo
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outros. Quais?

QUESITOS	RESPOSTAS
32. Qual a quantidade total de horas extras em 2017 para médicos ?	<Quantidade>
33. Sobre a dengue no município em 2017, informe:	Número de casos diagnosticados :
	Número de óbitos :
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Ciclo I: Ciclo II: Ciclo III: Ciclo IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?	SIM
	NÃO
35. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2017 que atuam a Atenção Básica ? (Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais.)	Informe, para cada mês do ano de 2017, a quantidade de médicos ativos por carga horária cumprida: 20h, 30h e 40h semanais.
36. Qual o intervalo de tempo médio de espera , em dias, entre a marcação de exames complementares laboratoriais (bioquímicos, de imagem, patológicos, coleta de materiais e etc.) solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização ?	<tempo em dias>
37. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	SIM 37.1 Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano?
	NÃO
38. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM
	NÃO
39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias ?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM 40.1 Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município? 40.2 Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço Webservice?
	NÃO

Para responder às <u>questões 41 e 42</u> , considere a seguinte <u>lista CID-10 das Condições Sensíveis à Atenção Básica</u> :	
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9
2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
4. Asma:	J45.0-J45.9
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42
6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9
7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como Outras doenças sensíveis à atenção básica as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0
Observação: o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.	

QUESITOS	RESPOSTAS
41. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2017, informe:	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município
	Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica
42. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2017, informe: Obs: Considere apenas as internações de pessoas residentes no município.	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município
	Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica abaixo:
	Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:
	Anemia:
	Pneumonias bacterianas:
	Asma:
	Bronquites:
	Hipertensão:
	Insuficiência cardíaca:
	Diabetes mellitus:
	Epilepsias:
	Infecção no rim e trato urinário:
	Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:
	Outras doenças sensíveis à atenção básica:
43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
44. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos ?	<Percentual>(0-100)

QUESITOS	RESPOSTAS
45. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2017, informe:	45.1 Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.)? <Não possui registro> <Quantidade>
	45.2 Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Não possui registro> <Quantidade>
46. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2017, informe:	Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes: Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos: - 0202031179 VDRL para detecção de sífilis em gestante. - 0214010082 teste rápido para sífilis em gestante.
	Número de partos hospitalares do SUS: Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos: - 0310010039 parto normal. - 0310010047 parto normal em gestação de alto risco. - 0411010026 parto cesariano em gestação de alto risco. - 0411010034 parto cesariano. - 0411010042 parto cesariano com laqueadura tubária.

QUESITOS	RESPOSTAS
47. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:	Número de Caps I:
	Número de Caps II:
	Número de Caps III:
	Número de Caps i:
	Número de Caps ad:
	Número de Caps ad III:
48. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município? Obs: Em dezembro de 2017	A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera a somatória da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF.
49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde , foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
50. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?	SIM
	50.1 Qual tempo médio de atendimento (em minutos)? NÃO
51. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2017?	<Quantidade>
52. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2017?	< Não possui registro > <Quantidade>

QUESITOS	RESPOSTAS
53. Com base na Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, informe:	Percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal:
54. Informe a quantidade de pacientes residentes em outros municípios atendidos nas UBSs do seu município:	<Não possui registro> <Quantidade>
55. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2017, informe:	50.1 Total da população canina no município: <Não possui registro> <Quantidade>
	50.2 Número total de cães vacinados : <Não possui registro> <Quantidade>
56. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?	SIM, todas as UBS possuem
	SIM, a maior parte das UBS possui
	SIM, a menor parte das UBS possui
	NÃO
57. Os médicos que prestam serviços nas UBS trabalham em regime de plantão ?	Sim
	57.1 Qual? Plantão presencial Plantão de sobreaviso
	Não

5.3 i-PLANEJAMENTO – 48 quesitos - Dados referentes ao exercício de 2017)

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2017 foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?	SIM NÃO
2. Realize o upload da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2017:	Disponível apenas no caso de resposta "SIM" no quesito anterior Enviar apenas 01 Arquivo
3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2017:	<Valor> 9999,00
4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2017:	<Valor> 9999,00
5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 – investimentos) em 2017:	<Valor> 9999,00
6. Informe a receita total arrecadada em 2017:	<Valor> 9999,00
7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM NÃO
8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo ?	SIM NÃO
9. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM NÃO
10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas ?	SIM NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira ?	SIM
	11.1. Qual o artigo?
	NÃO
12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM
	12.1 Qual o artigo?
	NÃO
13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento ?	SIM
	NÃO
14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO
16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento ?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
17. Os servidores dos demais setores , excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento ?	SIM
	NÃO
18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade tem dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento ?	SIM
	NÃO
20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO
21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município anteriores ao planejamento ?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
	Outros:
23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM 23.1 Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
	NÃO
24. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	SIM 24.1 Qual(is)?
	NÃO
25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? Obs.: É possível selecionar várias opções	Presenciais
	Pela Internet
	Não realiza audiências públicas
	Outros
26. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
27. Na coleta pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela internet

QUESITOS	RESPOSTAS
28. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM
	NÃO
29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas ? Obs.: É possível selecionar várias opções	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	Outros:
	1 (uma)
	Entre 2 a 5
31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas ?	Mais de 5
	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas);
	Dia de semana após as 18 horas
32. As audiências públicas são transcritas em atas ?	Aos sábados, domingos e feriados.
	SIM
33. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet ?	NÃO
	SIM
34. As audiências públicas são gerais , englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
35. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?	SIM
	NÃO
37. Na lei orçamentária , qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	Até 10%
	Entre 10 a 20%
	Mais de 20%
	Não há previsão
38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto ?	SIM
	NÃO
39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento ?	SIM 39.1 Qual o artigo?
	NÃO
40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento ?	SIM 40.1 Qual o artigo?
	NÃO
41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações ?	SIM
	NÃO
42. Há acompanhamento da execução do planejamento ?	SIM
	NÃO
43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária ?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções	Dotações previstas e executadas;
	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros:
46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO
47. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros
48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo?	SIM
	NÃO

5.4 i-FISCAL – 07 quesitos (Dados referentes ao exercício de 2017)

QUESITO	RESPOSTA
1. Com base nos dados da execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2017), informe os seguintes valores:	Receita arrecadada:
	Receita prevista atualizada:
	Despesa executada:
	Despesa fixada final:
	Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:
2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2017, informe os seguintes valores:	Ativo financeiro:
	Passivo financeiro:
3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2017, informe os seguintes valores:	Saldo inicial total dos restos a pagar:
	Total de pagamentos realizados:
4. Com base nos dados do exercício de 2017, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal , informe:	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo
	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:
	Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2017) em relação à RCL:
5. Sobre pagamento de Precatórios , informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2017:	Saldo inicial dos precatórios:
	Saldo final dos precatórios:
6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?	SIM
	NÃO
7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	SIM
	NÃO

5.5 i-AMB – 21 quesitos (Dados referentes ao exercício de 2017)

QUESITOS	RESPOSTAS
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado Submissão do texto à câmara de vereadores Está em outras fases de elaboração Não realizou o plano
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos ?	SIM, TOTALMENTE 2.1 Descreva o processo de destinação: PARCIALMENTE 2.1 Descreva o processo de destinação: NÃO
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens tais como coleta, transporte e destinação final?	SIM 3.1 Informar a lei: PARCIALMENTE NÃO
4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental ?	SIM 4.1 Descreva sucintamente: NÃO
5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais ?	SIM, para todos os órgãos e entidades 5.1 Descreva sucintamente: PARCIALMENTE 5.1 Descreva sucintamente: NÃO
Ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros.	
6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?	SIM 6.1 Qual? 6.2 Descreva sucintamente: NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	SIM
	NÃO
8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc., inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?	SIM, integralmente
	SIM, na maior parte
	SIM, na menor parte
	NÃO
9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico ?	SIM
	NÃO
10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico :	Lei
	Decreto
	Outros. Quais?
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada ?	<NÃO POSSUI REGISTRO> <PERCENTUAL> (0-100) 2 casas decimais
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário ?	<NÃO POSSUI REGISTRO> <PERCENTUAL> (0-100) 2 casas decimais
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário ?	<NÃO POSSUI REGISTRO> <PERCENTUAL> (0-100) 2 casas decimais
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem ?	SIM
	14.1 Descreva quais as ações e medidas: NÃO
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino ?	SIM
	15.1 Descreva quais as ações e medidas: NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde ?	SIM
	16.1 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM
	17.1 Descreva o plano:
	NÃO
18. O município participa do programa estadual / regional de gestão ambiental , se houver?	SIM
	NÃO
19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente , se houver, para licenciar os empreendimentos de impacto local?	SIM
	NÃO
20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado? (Depende do quesito número 3)	Plano enviado para aprovação legislativa;
	Plano em fase de elaboração.
21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA – Área de Proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?	SIM
	21.1.Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO

5.6 i-CIDADE – 12 quesitos (Dados referentes ao exercício de 2017)

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O município possui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturada (Lei nº 12.608/2012)?	SIM Está em fase de estruturação NÃO
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil ?	SIM 2.1 Qual nº de telefone: (XX) YYYYYYYYYY NÃO
3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil ?	SIM 3.1 Qual a forma de registro? NÃO
4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM NÃO
5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil ?	SIM Está em fase de formalização de seu plano NÃO
6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil ?	SIM, na integralidade de seus agentes 6.1 Descreva a forma sucintamente: SIM, a maior parte de seus agentes 6.1 Descreva a forma sucintamente: SIM, a menor parte de seus agentes 6.1 Descreva a forma sucintamente: NÃO
7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana ?	SIM NÃO NÃO SE APLICA
8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?	SIM NÃO
9. O município está cadastrado no Sistema da Proteção e Defesa Civil Estadual , se houver?	SIM NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes , do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?	SIM NÃO
11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?	SIM 11.1 Qual(is)? () Inundações; () Secas; () Barragens de água; () Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.); () Lixões; () Loteamentos em situação de risco; () Barragens de rejeitos de Mineração: 11.2 No caso de haver Barragens de rejeitos de Mineração: Houve regulamentação da atividade? SIM 11.2.1 Qual o número da Lei? NÃO 11.3 Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente? SIM 11.3.1 O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei 12.608/12? SIM NÃO NÃO NÃO
12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres ?	SIM 12.1 Qual a frequência (em dias)? SIM NÃO NÃO

5.7 i-GOV TI – 21 quesitos (Dados referentes ao exercício de 2017)

QUESITOS	RESPOSTAS
1. A prefeitura municipal possui PDTI – Plano Diretor De Tecnologia Da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos (após 2019)
	SIM, com metas para até 02 anos (ATÉ 2019)
	NÃO POSSUI PDTI
2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação ?	SIM
	NÃO
3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação ?	SIM, com funcionários efetivos
	SIM, com funcionários efetivos e temporários
	SIM, com funcionários temporários
	Não possui esse quadro
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu peçoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM
	NÃO
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM 5.1 Qual o periodicidade:
	NÃO
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)? Obs.: este quesito não se refere às exigências contidas na Lei da transparência	SIM
	NÃO
7. O PDTI é divulgado na Internet ?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet ?	SIM
	NÃO
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet , nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM 9.1 Selecione os instrumentos divulgados na Internet: () Planos () Orçamentos () LDO () Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios () RREO e sua versão simplificada () RGF e sua versão simplificada
	NÃO
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação , responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)
	Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados
	Os dados não possuem registros eletrônicos

QUESITOS	RESPOSTAS
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados
	Os dados não possuem registros eletrônicos
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta .
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta , ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas?
	Não foi implantada a NFE
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função .
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função.
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet ?	SIM
	NÃO
16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM
	NÃO
17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?	SIM, é divulgado e há treinamento
	SIM, é divulgado mas não há treinamento
	SIM, há treinamento mas não há divulgação
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação ?	SIM
	NÃO
19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet ?	SIM
	NÃO
20. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros:
21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real , das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?	SIM 21.1 Quais informações? Atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; Do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
	NÃO

9.

Composição final do IEGM-TCEPB

Como o IEGM-TCEPB é um indicador perene, apresentando seus produtos anualmente, nesta amostra seus resultados serão apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição numérica de ranking.

Para as prefeituras auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

Métrica de Cálculo do IEGM-TCEPB - Modelo Matemático

$$\text{IEGM} = \frac{(i\text{-EDUC} \times 20) + (i\text{-SAÚDE} \times 20) + (i\text{-PLANEJAMENTO} \times 20) + (i\text{-FISCAL} \times 20) + (i\text{-AMB} \times 10) + (i\text{-CIDADE} \times 5) + (i\text{-GOV TI} \times 5)}{100}$$

100

10.

Faixas de Resultados

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEGM.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;

NOTA B+: MUITO EFETIVA;

NOTA B: EFETIVA;

NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

É importante observar que a proposta do IEGM é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo

é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEGM (i-Amb, i-Cidade e i-GOV TI), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa “A – Altamente Efetiva” é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEGM acima de 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa “A – Altamente Efetiva”.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Crítérios
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEGM menor ou igual a 49,99%

11.

Regras das Faixas de Resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

- I) **IEGM: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE EFETIVA** - o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;
- II) **DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO IEGM:** quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- III) **ÍNDICE COMPONENTE – REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO:** quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

12.

Considerações Finais

A implantação do IEGM-TCEPB só foi possível através da parceria com os Tribunais de Contas dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, através do Instituto Rui Barbosa - IRB e do comprometimento de técnicos deste Tribunal de Contas.

Sem essa parceria e comprometimento, não seria possível implementar um Indicador que relaciona diversos aspectos que afetam diretamente a qualidade dos serviços públicos postos à disposição dos cidadãos. No entanto, apenas isso não é suficiente, é fundamental a participação de todos os jurisdicionados através do preenchimento de todas as questões.

Dessa forma, o trabalho colaborativo de todos trará relevantes informações, principalmente ao controle social e aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba reserva para si o direito de substituir informações fornecidas pelos jurisdicionados por dados por estes declarados a fontes oficiais de informação, tanto para o cálculo do Índice, quanto para a formulação de análises estatísticas a este ligadas.